

**ATOR SOCIAL E AS INVESTIGAÇÕES EM SAÚDE:
OLHAR PARA NOVA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA**Sydia Rosana de Araujo Oliveira^a<https://orcid.org/0000-0002-6349-2917>**Resumo**

Este estudo tem como objetivo investigar o conceito de ator social na saúde coletiva. Para o direcionamento da pesquisa, foram identificados 1.830 documentos, disponibilizados em bancos de dados como LILACS, Scielo, Web of Science e PubMed, além de teses e dissertações (Catálogo de Teses e Dissertações Capes). Para a seleção dos artigos, foram usados como critério: (1) pertencer ao campo da saúde coletiva; (2) apresentar definição/noção de “ator social”; (3) adotar uma perspectiva conceitual que se constitua na ação social; (4) ter referencial teórico da ação social associado ao conceito/noção de “ator social”; (5) possuir dados empíricos de processos de pesquisa ou ser estudo teórico sobre a temática; e (6) investigação realizada na América Latina e Caribe. Após análise e apreciação, foram selecionados 18 documentos que embasaram esta revisão. Observou-se que distintas nomenclaturas foram utilizadas para qualificar os “atores” das ações em saúde, vários autores do campo das ciências sociais foram citados, e a maioria dos trabalhos empregou combinações variadas de referenciais teóricos. A teoria da tradução se apresenta como uma possibilidade pouco explorada no campo da saúde coletiva, e apresentou-se uma breve revisão da teoria do ator-rede. Concluiu-se que as diversas teorias que dialogam com o campo da saúde coletiva buscam explicitar as diversas vertentes de sujeito produtor da ação, contudo, há muito ainda a ser produzido.

Palavras-chave: Ação social. Teoria social. Saúde pública.

^a Cirurgiã-Dentista. Doutora em Saúde Pública. Docente/Pesquisadora do Instituto Aggeu Magalhães – Fiocruz, Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: sydia.oliveira@fiocruz.br

Endereço para correspondência: Instituto Aggeu Magalhães. Avenida Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária. Recife, Pernambuco, Brasil. CEP: 50740-465. E-mail: sydia.oliveira@fiocruz.br

SOCIAL ACTOR AND HEALTH RESEARCH:
LOOKING AT A NEW THEORETICAL CONTRIBUTION

Abstract

This study aims to investigate the concept of social actor in collective health. For that, 1,830 articles, thesis, and dissertations were identified in the databases Lilacs, SciELO, Web of Science, and PubMed, as well as in the Catalogue of Theses and Dissertations of the Higher Education Personnel Improvement Coordination (CAPES). Articles were selected based on the following criteria: (1) pertaining to the field of collective health; (2) defining or conceptualizing “social actor”; (3) adopting a conceptual perspective that constitutes social action; (4) utilizing social action associated with the concept/notion of “social actor” as theoretical framework; (5) consisting of a theoretical study on the subject or including empirical data from research processes; and (6) being conducted in Latin America and the Caribbean. After analysis and evaluation, 18 documents were included in this review. In these studies, the “actors” of health actions were classified using different nomenclatures, including several authors in the field of social sciences. Moreover, most of the works combined theoretical references in different manners. Translation theory comprises a theoretical possibility little explored in the field of collective health, presenting a brief review of the actor-network theory. In conclusion, the various theories dialoguing with collective health seek to explain the various aspects of the subject performing the action, but much study on this matter is still to be produced.

Keywords: Social action. Social theory. Public health.

ATOR SOCIAL Y LAS INVESTIGACIONES EN SALUD:
MIRADA HACIA UNA NUEVA CONTRIBUCIÓN TEÓRICA

Resumen

Este estudio tiene como objetivo investigar el concepto de actor social en la salud colectiva. Para orientar esta investigación se identificaron 1.830 documentos, disponibles en bases de datos como LILACS, SciELO, Web of Science y PubMed, además de tesis y disertaciones (catálogo de Capes de tesis y disertaciones). Para la selección de artículos, el criterio utilizado fue: (1) pertenecer al campo de la salud colectiva; (2) definición / noción actual de “actor social”; (3) adoptar una perspectiva conceptual que constituya la acción

social; (4) tener el marco teórico de la acción social asociado al concepto / noción de “actor social”; (5) poseer datos empíricos de procesos de investigación o ser un estudio teórico sobre el tema; e (6) investigación realizada en América Latina y el Caribe. Después del análisis y la apreciación, se seleccionaron 18 documentos para respaldar esta revisión. Se observó que se utilizaron diferentes nomenclaturas para calificar a los “actores” de las acciones de salud, se mencionaron varios autores en el campo de las ciencias sociales y la mayoría de los trabajos utilizaron diversas combinaciones de referencias teóricas. La teoría de la traducción muestra una posibilidad teórica poco explorada en el campo de la salud colectiva, presentando una breve revisión de la teoría actor-red. Se concluye que las diversas teorías que dialogan con el campo de la salud colectiva buscan explicar los diversos aspectos del sujeto que producen la acción, pero aún queda mucho por producir.

Palabras clave: Acción social. Teoría social. Salud pública.

INTRODUÇÃO

Os estudos baseados em teorias da ação social têm espaço privilegiado no âmbito da saúde coletiva. Contudo, diferentes inspirações teóricas perpassam essas investigações, suscitando controvérsias em relação aos usos dos conceitos relativos ao agente, mediador da ação social – “ator social”, (re)agindo no campo da saúde. Este estudo objetiva investigar trabalhos desenvolvidos por autores latino-americanos, da área de política, planejamento e gestão da saúde coletiva, que tenham utilizado o conceito de “ator social”. A perseguição desse objetivo dirige-se a outro não menos importante, qual seja, apresentar uma concepção de “ator” em uma teoria social ainda pouco explorada em estudos sobre a saúde coletiva.

Weber¹ desenvolveu o conceito de ação social ao identificar a importância das emoções, das crenças, dos sentimentos, das ideias, entre outros condicionantes da vida social, na discussão do problema do peso atribuído à ação dos indivíduos e o das estruturas na constituição e organização da vida social. Compreende que uma ação acontece na relação interativa entre indivíduos, adiantando que somente pode ser considerada social uma ação dirigida, endereçada a outrem, com um sentido orientado pelas expectativas de padrões e normas de comportamento socialmente definidos. Realça, assim, a necessidade da compreensão sociológica dos significados que os indivíduos e seus grupos atribuem ao agir nessa dinâmica relacional e dialógica que é a vida social.

Sem perder de vista essa breve apresentação das ideias weberianas para um melhor entendimento sobre o conceito de “ator social”, parece necessário perguntar em que condição uma “ação social” pode ser representada por um “ator social”, uma das formas identitárias construídas na intensa complexidade da relação indivíduo-sociedade. Como distingue Dubar², “ator”, “agente”, “sujeito”, “autor” são nomes atribuídos que permitem aos indivíduos se definirem pelos outros e definirem a si mesmos.

No veio político, o termo “ator” foi utilizado como aquele que representa socialmente outro, ao qual se confere toda força e poder, “isto é, mais do que consentimento ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa”^{3:105}. Goffman se vale da analogia teatral para associar a ação do ator social ao cenário e à cena em um palco. No palco da vida social, as pessoas, ao se comunicarem e interagirem entre si, o fazem representando por meio de ações, comportamentos, gestos etc., à semelhança de um “ator” que encena uma narrativa orientado por um roteiro pré-estabelecido: seus papéis sociais⁴.

Estudos internacionais em saúde pública^{5,6} denominam “ator social” àqueles que participam de um processo político ou de uma intervenção em prol do desenvolvimento da comunidade. No contexto brasileiro, alguns teóricos valorizam esse entendimento, pois consideram-no essencial à práxis da saúde⁷. Contudo, mesmo despertando interesse, parece que ainda há muito o que se problematizar, apesar da colaboração reflexiva e atenta de vários investigadores da área. Por se reconhecer que muitas são as contribuições teóricas sobre o tema no espaço da saúde coletiva é que se faz necessário investigar o conceito de ator social na saúde coletiva.

MÉTODO

Realizou-se revisão de literatura sobre o tema “ator social”, que se desenvolveu conforme as seguintes etapas: (1) Identificação do tema e elaboração da questão norteadora; (2) Busca ou amostragem na literatura; (3) Coleta de dados; (4) Análise crítica dos estudos incluídos; (5) Interpretação dos resultados; e (6) Apresentação da revisão/síntese do conhecimento. Para tanto, se incluíram estudos publicados em periódicos disponíveis em bases de dados bibliográficas informatizadas (LILACS, SciELO, Web of Science e PubMed), além de teses e dissertações (Catálogo de Teses e Dissertações Capes), utilizando-se os descritores e operadores booleanos “sujeito OR ator OR agente OR atuante AND saúde OR saúde coletiva OR saúde pública saúde”, em português e seus correlatos em inglês e espanhol. Além disso, para ampliar a revisão, empregou-se a estratégia de coleta de informações “bola de neve”, buscando-se artigos citados nos textos identificados e capítulos de livros editados.

Construiu-se uma base de dados única, por meio do programa Excel, com o total de 1.830 documentos identificados. Excluídas as duplicações, obteve-se, então, 1.629 documentos que foram compilados e submetidos a processo de seleção, considerando-se os critérios de inclusão: (1) pertencer ao campo da saúde coletiva; (2) apresentar definição/noção de “ator social”; (3) adotar uma perspectiva conceitual que se constitua na ação social; (4) ter referencial teórico da ação social associado ao conceito/noção de “ator social”; (5) possuir dados empíricos de processos de pesquisa ou ser estudo teórico sobre a temática; e (6) investigação realizada na América Latina e Caribe. Não foram incluídos textos que: (1) tratavam de apresentar o diálogo entre profissionais de saúde e usuários; (2) realizavam a discussão de ator/sujeito dentro de disciplinas específicas (administração, psicologia, saúde sexual, saúde do trabalhador, saúde mental); (3) apresentavam conceitos não oriundos de teorias sociológicas; e (4) utilizavam o termo “sujeito” como sinônimo de indivíduo. Não houve exclusão em virtude da língua.

Na primeira etapa após a busca, leram-se os títulos e os resumos da totalidade dos documentos selecionados. Os artigos que preencheram os critérios de inclusão ou que suscitaram dúvidas quanto às suas exclusões imediatas foram selecionados para a etapa seguinte. Após a leitura na íntegra, o exame dos trabalhos selecionados (realizado pela autora principal desta pesquisa) associou-se, em caso de dúvidas, à realização de discussão com outro pesquisador, com resolução por consenso.

Os 16 documentos incluídos estiveram submetidos a dois pesquisadores, que conhecidamente investigam “sujeitos promotores da mudança social” no campo da saúde coletiva, sendo-lhes pedido indicações de estudos adicionais que não estavam incluídos na seleção. Nesse processo, somaram-se mais dois textos, perfazendo um total de 18 documentos para análise.

Os arquivos compilados foram classificados, catalogados e sistematizados de acordo com o instrumento de coleta de dados, permitindo observar as seguintes características em cada um: tipo do estudo; termos e definições; e referencial teórico. Isso posto, realizou-se a leitura crítica e a discussão dos documentos selecionados, cujos resultados são apresentados a seguir.

ATOR SOCIAL E AS INVESTIGAÇÕES EM SAÚDE

Evidenciou-se que a grande maioria dos estudos eram produzidos no Brasil (94,44%), existindo uma publicação realizada no Equador (5,55%). Entre esses, predomina a forma de ensaio teórico (14), havendo estudos empíricos (2), de revisão (1) e etnográfico (1).

No que se refere aos termos adotados, distintas nomenclaturas foram utilizadas para qualificar os “atores” das ações em saúde, em equivalências de sentidos e significações ou não, conforme o texto se nomeia: ator, sujeito, agente, porta-voz, atuante; mediador; redes. Entre os “atores” citados frequentemente, predominam os sociais e políticos. Acredita-se que a forte inscrição “ator” no sistema de sentidos da ação social na saúde coletiva se deva à fácil associação à função de mudança social: algumas vezes como metáfora ou em equivalência a uma possibilidade de “sujeito promotor” da mudança, de “agente social” da mudança⁸. Nos estudos em pauta, os sujeitos emergem com variados predicados: sujeito cultural, sujeito com consciência, sujeito político, sujeito coletivo, sujeito emancipado, sujeito ativo, sujeito social, sujeito-ator, sujeito histórico, sujeito concreto, sujeito público.

Nos estudos selecionados, a identidade do “agente” aparece de modo impreciso, como: agente/s social/is, agente coletivo; rede de agenciamento tecnosemiológicos; mediador; atuante; rede/s; rede sociotécnica/s. Incluiu-se na categoria “porta-vozes” as denominações: intelectuais orgânicos e militantes.

Observa-se como se o sentido puro da palavra “ação social” constituísse, na “consciência coletiva”⁹, um valor moral imperativo do compromisso das identidades de indivíduos ou grupos profissionais de saúde com a transformação qualitativa do social. Sobretudo as profissões do campo da saúde coletiva no sistema de profissões de saúde¹⁰. O que à luz da perspectiva da “sociologia científica”, necessitaria uma análise dos esquemas de “hábitos” existentes e de “necessidades” de indivíduos dominados, nesse campo da saúde, para se entender como se objetificam as ações desses atores individuais, “agentes da ação”¹¹.

Foi possível identificar uma diversidade de conceitos fundamentados a partir de diferentes referenciais teóricos (**Quadro 1**). Entre os 18 estudos analisados, vários autores do campo das ciências sociais foram citados, e a maioria dos trabalhos empregou combinações variadas de referenciais teóricos. Essa diversidade, por um lado, favorece a discussão de distintos aspectos do ator social, mas, por outro, reforça a importância da compreensão dos modos como o “ator” é conceituado.

Quadro 1 – Conceitos, termos e referenciais teóricos adotados nos diferentes estudos
incluídos. Recife, Pernambuco – 2019

(continua)

Autor e ano	Termos adotados	Conceito	Referencial teórico
Campos, 1992, 1997 ^{12,13}	Atores sociais, sujeitos sociais	Atores sociais capazes de alterar a correlação de forças, resultante de um processo histórico, da posição social, da capacidade de luta, e da formulação consciente de cada sujeito.	Marx, Gramsci
Granda, 1995 ¹⁴	Sujeito social	O sujeito social se conforma objetiva, social e subjetivamente no mundo da vida, que é sempre uma parte de “pressupostos culturalmente imbuídos”.	Habermas e Gramsci
Carvalho, 1996 ¹⁵	Sujeitos coletivos	Portadores de projetos políticos de intervenção/interação nas estruturas que moldam socialmente a realidade sanitária.	Marxismo
Ayres, 2001 ¹⁶	Sujeito	O ser que produz a história, o responsável pelo seu próprio devir. Constituição dialógica da subjetividade.	Hegelianomarxista; Habermas
Lacaz, 2001 ¹⁷	Sujeito social; agente; intelectuais orgânicos; sujeito histórico.	Sujeito social determinado pelo conjunto de relações em que é colocado e na atividade que o constitui como homem, ou seja, o trabalho. Os intelectuais orgânicos têm a função de dar homogeneidade e consciência para um grupo social nos campos econômico, social e político, criado por aquele grupo social. Ou ainda, sujeito do pensamento social, fruto da formação discursiva.	Foucault, marxismo (Marx, Gramsci)
Minayo, 2001 ⁷	Sujeito-ator; sujeito social; sujeito histórico; sujeito coletivo; sujeito cultural; sujeitos com consciência.	Ser humano é ator e autor da realidade porque define e cria situações. Sujeito que no seu desenvolvimento histórico se situa junto com os outros, não para agir sobre, mas para se entender e entender o que pode significar conhecer objetos, agir através deles ou também dominá-los. Sujeito à possibilidade da ação, mas também da crítica social que traz, em consequência, a capacidade de sentenciar sobre a ação e buscar a transformação.	Marxismo, Weber e Habermas
Paim, 2001 ¹⁸	Atores sociais; sujeitos públicos.	Sujeito público que integre processos de construção contra-hegemônica e gere novos pensamentos e liderança, capazes de propor uma nova maneira de fazer as coisas.	Marxismo
Teixeira, 2001 ¹⁹	Rede de agenciamento tecnosemiológicos, agente, sujeitos, atores.	Tudo aquilo que produz diferença em uma rede, em um sistema, enfim, no mundo, pode ser considerado um ator, e todo ator definirá a si mesmo pela diferença que produz. Agenciamento produz a ideia de “agente” nos processos coletivos de produção de subjetividade.	Deleuze e Guattari
Spagnol, 2005 ²⁰	Sujeito social, ator social.	Homem, um ser social em constante interação com os outros homens e com seu meio, transformando-o e sendo transformado por ele. Um ator social que tem um projeto, uma intencionalidade em seu fazer, e que está constantemente produzindo fatos sociais. Um ser que constantemente produz relações sociais que modificam seus projetos, mas também possui autonomia relativa para realizar seus desejos, buscar seus interesses e satisfazer suas necessidades. Atores que marcam suas posições políticas e ideológicas no campo.	Bourdieu
Campos, Onocko, 2006 ²¹	Coletivo organizado, sujeitos concretos.	Um ser constituído com uma finalidade que transcende cada um dos sujeitos que o integram. Uma rede de relações entretida entre os sujeitos que o compõem e destes com o contexto.	Marx e Guattari
Fleury, 2009 ²²	Sujeitos políticos; atores; atores políticos.	Sujeitos políticos capazes de formular e conduzir o processo da reforma sanitária. Sujeitos políticos que, a partir de suas lutas, entram em um processo mútuo de auto e hetero reconhecimento de identidades sociopolíticas entre diferentes sujeitos. Construção do indivíduo (ou grupo) como ator, através da associação de sua liberdade, afirmada com sua experiência de vida assumida e reinterpretada.	Touraine
Oliveira et al., 2009 ²³	Atores, militante, agente.	Militante que pleiteia uma hegemonia na qual as relações que ocorrem são, antes de tudo, relações de dominação, uma vez que a validade do discurso do outro não é reconhecida; militante que participa de relações mapeando seus múltiplos nós e favorecendo novas conexões.	Foucault e Guattari

Quadro 1 – Conceitos, termos e referenciais teóricos adotados nos diferentes estudos incluídos. Recife, Pernambuco – 2019

(conclusão)

Autor e ano	Termos adotados	Conceito	Referencial teórico
Renovato, 2009 ²⁴	Sujeitos emancipados; sujeitos ativos.	O sujeito ativo é fabricado através de esquemas que encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos. Sujeito ativo é o sujeito independente e livre, capaz de fazer suas escolhas, mas também de se responsabilizar pelo ônus das decisões tomadas ao longo de sua vida.	Foucault
Cavalcante, 2010 ²⁵	Atores; sujeitos políticos; atores sociais; militantes porta-vozes.	Sujeitos, tanto organizados como desorganizados, que buscam a efetivação do direito a saúde e que produzem diferentes modos de atuação, em tempos e espaços diferentes.	Gramsci, Deleuze e Guattari
Correia, 2010 ²⁶	Sujeitos coletivos; atores.	Sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator. Os atores são analisados por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. Sujeito que pode ser compreendido evocando a noção de autonomia, liberdade e responsabilidade. O ator social elabora expectativas, bem como avalia as possibilidades e os limites de suas ações.	Touraine e Habermas
Gomes et al., 2010 ²⁷	Agente social; mediador.	Mediador ou elo. Agentes sociais não agem de maneira disparatada, não fazem coisas sem sentido e não realizam atos gratuitos. O objetivo é de organização da comunidade e de transformação de suas condições.	Bourdieu
Targa, 2010 ²⁸	Atuantes; redes; redes sociotécnicas.	Atuante é um termo da semiótica para incluir não humanos, ao contrário de ator, geralmente utilizado para humanos, pelo qual todos são quase-sujeitos-quase-objetos.	Latour
Leite et al., 2011 ²⁹	Agente coletivo, ator.	Sujeito como ator das reformas, transformação do si mesmo em ator. Sujeitos políticos capazes de reformular e conduzir o processo de reforma.	Gramsci, Touraine, Guattari e Deleuze e Foucault

Fonte: Elaboração própria.

Assim é que, das diferentes ideias relacionadas às qualificações que particularizem a contextualização, espacial e temporal, destacam-se as que remetem à dinâmica das interações e/ou às defesas por identidade, transformação, reprodução, mobilização, modos de atuação, reconhecimento, negociação e intervenção. Essas palavras pertencem ao campo conceitual de determinadas correntes teóricas, que serão citadas a seguir.

Há que se admitir que a perspectiva do conflito (tradição marxista) e a perspectiva sociológica do consenso (tradição positivista) ainda podem ser consideradas divisoras do campo teórico da sociologia e definidoras de muitas matrizes diferenciadoras³⁰. Da mesma forma, pode-se dizer sobre as perspectivas que encerram o dilema sociológico da teorização da vida social: até que ponto a sociedade constitui os indivíduos e esses, a sociedade. Essa última recobre diretamente o propósito desta análise, pois se situa na arena das possibilidades de os indivíduos constituírem suas práticas, ações e processos outros que, sendo sociais (estruturado/estruturante), possam ser entendidos e admitidos como reguladores da vida cotidiana, influentes nos modos de vislumbrar o valor da vida para si, para quem admira e para outros. Se essas possibilidades estão teoricamente situadas no campo do poder na perspectiva do conflito

(oposição, antagonismo) ou do consenso (assentimento, redução do campo divergente etc.), ou de indivíduos mais coagidos ou mais autônomos, é outra face da moeda extremamente importante para a compreensão da vida social³¹.

Feitas essas ressalvas e observando, por ano de publicação, os documentos incluídos na amostra, percebe-se que entre aqueles editados na década de 1990, a maioria tem como base aspectos da teoria marxista, evocam a ideia de luta, de um sujeito coletivo combatente, engajado e crítico, fundamentado, em última instância, no conceito de “classe social” operária. Da tradição do conflito derivam pensadores como Marx e Gramsci, que compreendem a importância da racionalidade das “estratégias de poder”, na constituição de indivíduos/grupos e instituições, nas e pelas quais se observa a racionalidade (meio-fim) na imposição dos “interesses” de alguns em detrimento dos outros, podendo haver um conflito aberto nessa luta³⁰.

A aproximação do tema da ação social na saúde coletiva dos textos brasileiros com raiz teórica marxista, em específico, provavelmente se associa ao movimento de Reforma Sanitária, que constituiu sujeitos comprometidos com a vida e a saúde dos cidadãos¹⁸, e atuou como condutora no processo de implantação do Sistema Único de Saúde. Evoca-se, na década de 1990, ao “ator das reformas” (o movimento social pela Reforma), o seu protagonismo como “sujeito” desse processo de mudança: aquele coletivo que poderá realizá-la ou desviá-la⁷.

Cabe salientar a pluralidade dos textos que trazem uma discussão que suscita quase a obrigatoriedade da atuação civil nas atribuições dos profissionais/trabalhadores da saúde coletiva. Isso assinala, na construção de “atores” em saúde, a exigência do dever da prática e de ações responsáveis, organizativas e críticas no trato das relações entre o sistema de saúde, a sociedade e o indivíduo. Isso faz com que se situem o valor simbólico, conceitual, prático e vivencial, atribuído ao significado de “ação” social nesse campo, como uma relação de poder entre indivíduos mais ou menos intensamente autônomos e ativos.

Nessa mesma década de 1990, apenas um dos estudos selecionados, o único de outra nacionalidade, busca a teoria da ação comunicativa de Habermas. Esse filósofo herdeiro da Escola de Frankfurt rompe com o paradigma da filosofia da consciência, pelo qual o “sujeito” obtém pleno conhecimento dos objetos, da sociedade e do mundo, e adota o paradigma da linguagem (razão comunicativa), no qual o sujeito é aquele que, durante seu processo de desenvolvimento histórico, é obrigado a se entender junto com outros sujeitos sobre o significado de “conhecer objetos”^{32,33}.

No entanto, é na primeira década do século XXI que se localiza o maior número de publicações e elaborações explorando a temática do ator social na saúde coletiva, a partir

de “novos” veios teóricos. Quando se observa as publicações dos anos 2000, identifica-se a presença de autores de tradições sociológicas distintas, entre eles: Bourdieu, Touraine, Foucault, Deleuze e Guatarri e Latour.

Para Bourdieu³⁴, a representação realista da ação humana é condição primária de um conhecimento científico social, e a análise sociológica, um poderoso instrumento de conhecimento de si, como ser singular. Considera-se como fundamental em seu trabalho a filosofia da ciência relacional e a filosofia da ação. A primeira atribui primazia às relações, opondo-se ao pensamento substancialista do senso comum, e a segunda está consubstanciada em conceitos fundamentais – *habitus*, campo, capital – e rompe com noções incorporadas ao discurso acadêmico. Sua crítica dirige-se ao pensamento de que toda ação humana é sempre uma ação consciente, como se os agentes agissem sempre de maneira a obter o máximo de eficiência. Contrapondo esse interesse, Bourdieu apresenta o conceito de *illusio* – o investimento dos agentes no campo, o interesse pelo jogo social. Dessa forma, considera que as condutas humanas acontecem em espaços de jogo, mas muito raramente estão assentadas em intenções estratégicas verdadeiras³⁵.

Para um entendimento geral do “agente” ativo e do “ator estratégico”, deve-se considerar a perspectiva da autonomia que subscreve a ação estratégica. Teóricos da análise estratégica utilizam o termo ator para referirem-se ao indivíduo “[...] capaz de cálculo e manipulação e que não apenas se adapta, mas inventa, em função das circunstâncias e dos movimentos dos seus parceiros”^{36:38}. Não se trata de redução a um agente individual, produzido por um sistema concreto de ações no qual é incorporado na forma de dispositivos para a ação, e é definido segundo a posição na dinâmica do sistema de relações de poder. Ao revés desse agente da teoria de Bourdieu, o ator estratégico se define por sua situação na e pela estrutura de jogos no qual está inserido, ou pela leitura que dela fará. É, então, concebido pelo contexto vivido como participante de um conjunto coletivo, e é pela leitura das oportunidades deste e neste contexto que o ator explora os recursos para a ação. O que prevalece é a interação coletiva, e não a incorporação individual em um sistema concreto de ação.

Para empreender a análise do jogo das ações e realizar uma análise estratégica, na qual o pesquisador assume a condição de “participante”, é imprescindível o mergulho na subjetividade dos atores e em suas antecipações da dinâmica do sistema. Ou seja, a exteriorização das iniciativas estratégicas utilizadas pelos atores coletivos para modificar o sistema concreto. Para reconstruir o sistema de ação, há que se registrar as vivências expressadas em falas, das escolhas subjetivas e das estratégias efetivas. Esse ator seria uma personagem social engajada em uma ação com um sócio coletivo (categoria, associação etc.).

Muito se associa a concepção de “sujeito reflexivo” à obra de Alain Touraine. Observa-se uma concepção em transição na perspectiva do sujeito, como ponto de partida da análise política e social, de forma particular para o contexto da América Latina. O autor apresenta um sujeito que objetiva ser reconhecido como ator. Nesse sentido, há uma associação do sujeito social a outros dois pressupostos: democracia e modernidade, que são centrais em seus trabalhos³⁷. A obra de Touraine estabelece um diálogo entre democracia e sujeito social, já que a ampliação de um é também a ampliação do outro³⁸.

O pensamento de Touraine sugere que a ideia de democracia não se materializa unicamente no conjunto de garantias institucionais e formais, mas sim representa a luta dos sujeitos, na sua cultura e sua liberdade, contra a lógica dominante dos sistemas sociais, e uma “sociedade democrática é uma sociedade que reconhece o outro, não na sua diferença, mas como sujeito”^{37:1}. Porém, que forma de sujeito? Numa perspectiva existencialista, é um sujeito que se sente responsável por si e pela sociedade. Promove-se, então, uma dissociação entre o ator individual e o sistema social pulverizado, entre o indivíduo de múltiplas inserções (plurais) e as instituições sociais. Os indivíduos não podem mais ser reduzidos a categorias coletivas preexistentes, porque “[...] ao se individualizarem os atores, transformados em plurais [...] se tornam vagos, problemáticos, desorientados”^{2:3}. Potencialmente transformado em um *indivíduo reflexivo*, que em sua experiência (entregue ao sociólogo que busca neste o acesso à linguagem sobre si mesmo), descobre um sentimento de estranheza oriundo da distância entre os papéis, o qual se esforça para explicar e justificar, atribuindo-se a obrigação de criar muitas lógicas e de organizar o trabalho de sua experiência. O pesquisador, em geral, busca compreender como a singularidade das argumentações das lógicas do “ator” e das justificativas do “agente” é exposta (construção das ações, reações às políticas, às pressões, aos dispositivos, de se orientar nas organizações). Considera-se o dito, diferentemente de Bourdieu (agente ativo), quase sempre verdadeiro.

Os teóricos de tradição pós-estruturalista, como Foucault, Deleuze e Guattari, possuem abordagens muito próximas, tendo em vista a ressonância que o trabalho de Foucault apresentou na obra de Deleuze e Guattari. Esses teóricos discutem a problemática do “ator social” em um mesmo plano conceitual e temático, a partir de uma perspectiva de autonomia dos “sujeitos”.

Foucault, em sua obra, analisa as formas de constituição dos sujeitos, seja os mecanismos de objetivação, que tendem a fazer do homem um objeto, ou ainda os mecanismos de subjetivação, pelos quais o homem expressa sua identidade. Para o autor, o sujeito do conhecimento é constituído, produzido dentro de uma conjunção de estratégias de poder. Ou seja, o sujeito é um produto das relações de poder, não seu produtor. Não há um sujeito

essencial que estaria alienado por ideologias, por relações de poder que encobririam sua visão da realidade. O sujeito do conhecimento é produzido pelas relações de poder, ou melhor, o que chamamos sujeito é um enunciado social³⁹.

Para esses teóricos, vivemos em sociedades nas quais as subjetividades são normalizadas de forma impositiva, coercitiva, por uma forma hegemônica de poder, que objetiva reduzir permanentemente o risco potencial presente no desenvolvimento dos processos de subjetivação ou singularização, com o intuito de facilitar sua administração sobre os indivíduos⁴⁰. Foucault apresenta uma análise histórica da formação do sujeito⁴¹. Observa-se, assim, na saúde coletiva, uma aproximação aos trabalhos colaborativos feitos por esses três autores, no que se refere a sujeitos mais individualizados, assim, o sujeito não está dado, entretanto se constitui nas experiências, na aproximação com os acontecimentos⁴².

A constituição do sujeito, para esses autores, se processa nos diferentes encontros vividos com o outro, exercitando as diferenciações de nós mesmos e dos outros que nos cercam. “Dependendo dos efeitos produzidos pelos encontros, o sujeito é praticamente ‘forçado’ a questionar e a produzir sentidos àquela experiência que emergiu ao acaso e que, sem consulta, desorganizou um modo de viver até então conhecido”^{43:115}. Dessa forma, o sujeito não pode ser concebido como uma entidade pronta, mas se constitui à medida que é capaz de entrar em contato com essas forças e com as diferenças que elas encarnam, sofrer suas ações e, em alguma medida, atribuir-lhes um sentido singularizado. Nesse movimento, parte delas passa a compor o homem, dando uma forma (provisória) para o “lado de dentro”. Quais são essas relações que compõem o homem? “forças [...] de imaginar, de recordar, de conceber, de querer”^{44:132}. Cabe assinalar que a potência de ação dessas forças também é variável. Assim, diante de uma dada experiência vivida, elas podem ou não se manifestar. Portanto, a maneira como esses três autores analisam a produção do sujeito remete a uma aventura que é recorrentemente colocada nessa constituição de si e nas variações produzidas pelos encontros intensivos com o outro.

Uma pluralidade de teóricos é apresentada nos estudos em que a noção de ator social está presente. De modo mais recente, a teoria da tradução se apresenta como uma possibilidade teórica para apreciação dessa realidade. Nesse sentido, possibilitando uma apreciação de um referencial pouco explorado no campo da saúde coletiva, apresenta-se uma breve revisão da teoria do ator-rede, para que possa ser utilizada em estudos futuros a respeito do ator social.

NOVA PERSPECTIVA TEÓRICA: A TEORIA DA TRADUÇÃO

A teoria da tradução é uma abordagem sociológica, desenvolvida principalmente por Bruno Latour, Michel Callon e John Law, com origem nos estudos sobre a articulação entre ciência,

tecnologia e sociedade. Suas contribuições serão sistematizadas a partir dos princípios conceituais e metodológicos fundamentais, a saber: *associação livre*, *agnosticismo* e *simetria generalizada*.

Para compreender o fundamento da associação livre, o autor considera a sociologia do social e a sociologia das associações⁴⁵. Na primeira, trata-se de explicar o tecido social através da utilização de conceitos que possibilitam o enrijecimento do tecido social e anulam as instabilidades que o compõem. A sociologia das associações, por outro lado, considera que o social é um tipo de conexão entre elementos que, em si mesmos, não são sociais. Os grupos sociais são continuamente recriados nas associações que dinamicamente se estabelecem entre os atores.

O deslocamento dos distintos atores envolvidos no processo social permite contínuas reinterpretações dos papéis desempenhados e dos objetivos pretendidos, contemplando seus respectivos interesses e suas relações de poder⁴⁶. Essas associações produzidas pelos atores podem ser compreendidas pela noção de tradução, que corresponde ao conjunto de operações pelas quais as entidades são colocadas em relação não somente umas com as outras, uma articulação de elementos díspares e heterogêneos que, de algum modo, modifica os envolvidos nesse processo⁴⁷.

A noção de tradução está atrelada ao processo de expansão e de consolidação da rede, que consiste em estabelecer conexões entre entidades que não estavam anteriormente conectadas. Uma rede é uma totalidade aberta capaz de crescer através de fluxos, circulações, e alianças, que interferem e sofrem interferência de diversos atores, sendo o processo de tradução necessário para sua consolidação e expansão.

Para examinar esse processo de tradução, Callon⁴⁸ estabelece quatro operações interativas:

- 1) *Problematização*: colocação em movimento dos atores em torno de um projeto provisório e mínimo, que se constitui na definição do problema. Nesse momento, há a possibilidade de configuração ou reconfiguração de uma rede de atores, a partir da formação de um sistema de alianças ou associações entre eles, que passam a adquirir e articular papéis e identidades em função do problema dado. Os atores passam a compartilhar um mesmo objetivo e atuam em função dele.
- 2) *Interesse*: conjunto de dispositivos (estratégias) pelo qual uma entidade (atores) tenta impor e estabilizar a identidade dos outros atores, realinhando-os em torno do objetivo compartilhado, interrompendo todas as associações potenciais concorrentes e construindo um sistema de alianças. O interesse é produzido frequentemente a partir de novas relações ou de novas formas de relações já existentes. É nesse momento do interesse que a problematização é validada ou contestada.

- 3) *Envolvimento*: refere-se aos mecanismos pelos quais são definidos papéis atribuídos a atores que os aceitam. É o interesse bem-sucedido, que dá lugar a um conjunto de negociações, que por sua vez conduz à aceitação de um determinado papel, permitindo consolidar alianças a fim de fortalecer a rede em busca de uma solução negociada.
- 4) *Mobilização*: conjunto de métodos ou negociações para garantir que as entidades possam ser movidas, em função de suas novas funções e de acordo com a orientação dada pelo porta-voz da rede. Ocorre quando os atores se rendem, gradualmente, às proposições apresentadas pelos porta-vozes. A mobilização dos atores anuncia o alargamento das redes. Ao contrário, a falta de solidez dos porta-vozes leva à dissidência, devido às inúmeras controvérsias.

Esses momentos nunca são tão distintos, nem lineares, muito menos as sobreposições se dão sempre nessa ordem. Eles representam um avanço na mobilização dos atores, uma evolução nas associações entre os atores que vai se consolidando à medida que passam a compartilhar os mesmos objetivos. “Traduzir é um processo antes que seja um resultado”^{48:213}.

Ao analisar a dinâmica de traduções e deslocamentos, ressalta-se o segundo princípio metodológico: o agnosticismo. Considera-se que não há explicações prontas ao analisar qualquer dinâmica social. Deve-se abandonar qualquer suposição a priori sobre os fatos⁴⁹. Ao analisar as alianças que são formadas na constituição das redes, deve-se ser imparcial. Cada ator, em função de seus interesses, pode a qualquer momento contestar essas alianças, uma vez que elas não são definitivas.

Nessa mecânica do poder, onde atores se utilizam das estratégias necessárias para a consecução de seus objetivos, sempre existem riscos e perdas. Latour⁴⁵ apresenta o poder como situacional e contextual, pelo qual em toda parte os atores encontram resistência, e são capazes de obter maior êxito em face da resistência aqueles que são competentes em arregimentar mais aliados, estender e solidificar suas redes. Os atores conectados à rede têm identidades e interesses que lhe são próprios, mas que se alinham de maneira crescente à medida que a rede se consolida. No momento em que o alinhamento dos objetivos, ou os interesses dos atores, se modifica, a rede pode ser desfeita. Isso é, quanto mais heterogênea a identidade desses atores que compõem a rede, mais instável ela é^{50,51}.

Esse entrelaçamento entre atuantes, compreendido como um emaranhado que nos possibilita pensar não mais em termos de unidade, mas a partir de um dinamismo processual e sempre constante de associações, é denominado Rede Sociotécnica (RST)^{47,52}.

A RST é definida por um híbrido da relação entre humanos e não humanos, reintegrando polos que comumente aparecem como opostos⁵³. Não existe diferença ontológica

entre objetos ou pessoas. Todos são “atores” (ou *actantes*, ou *atuantes*), com capacidade de produzir efeitos no mundo. Nesse sentido, atuantes designam seres que nem são puros humanos e nem puros não humanos. A ação é que designa os atuantes, não sendo uma propriedade apenas dos humanos, mas fruto de uma associação entre humanos e não humanos⁴⁷.

Nesse coletivo, no qual humanos e não humanos estão mesclados⁵⁴, os atuantes não humanos não se restringem a meras ferramentas da ação. Latour e Woolgar⁴⁹ propõem uma simetria generalizada – último princípio metodológico: os humanos criam objetos interferindo diretamente sobre eles, mas esses objetos também interferem nas formas de viver, de ser e estar no mundo dos homens. A simetria generalizada nos propõe entender que “não há de antemão o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si de outro, pois natureza e sociedade são ambos feitos de redes heterogêneas”^{55:49}.

Para a compreensão desse fundamento, Latour⁵⁴ sugere o exemplo da arma de fogo, com duas linhas de argumentação opostas. Na primeira, defensores da proibição da arma de fogo diriam: “armas matam pessoas”. A arma (Agente A) é uma ferramenta que altera o comportamento de quem a porta. Na segunda proposta, dos favoráveis ao uso das armas, as armas são ferramentas neutras e a ação depende das intenções de quem a possui (Agente B). Contudo, Latour⁵⁴ nos apresenta outra via, na qual um terceiro agente surgiria da união da pessoa e da arma (Agente C), com um terceiro objetivo que não corresponde ao objetivo de nenhum dos agentes anteriores. Dessa maneira, pode-se argumentar que a arma modifica o atirador na mesma medida que este último a transforma.

Emergem do exemplo acima as noções de intermediário e mediador. De acordo com Latour⁴⁵, um intermediário é o que transporta significado ou força sem transformação: definir suas entradas é o suficiente para definir suas saídas. Artefatos tecnológicos (computadores, internet etc.) são considerados estáveis (estabilizados), ou caixas-pretas, não sendo problematizados. Por outro lado, para os mediadores, “suas entradas nunca permitem uma boa previsão de suas saídas: a especificidade deles deve sempre ser considerada”^{45:301}. Um mediador é sempre capaz de mobilizar, modificar, potencializar ações dentro de um universo, de uma rede constituída de uma heterogeneidade de mediadores. Na ocorrência de qualquer ação dos diferentes atores envolvidos, é indispensável a mediação⁵⁴.

Quando são considerados mediadores, os artefatos são vistos em sua complexidade, são problematizados. Suas particularidades influenciam na construção do fato e, portanto, devem ser consideradas na análise. Quando são considerados intermediários, ou caixas-pretas, a multiplicidade dos artefatos pode ser secundarizada na análise, porque são apenas um meio para atingir um objetivo maior.

O conceito de caixa-preta é utilizado pela RST quando um objeto é considerado por demais complexo, mas, também, quando as conexões entre as diversas entidades são tão fortes que elas desaparecem e não são mais problema. Esse conceito nos permite entender a realidade como uma construção em camadas, um processo de endurecimento da vida em certezas, as quais dependem de amarrações que produzem a solidificação de um determinado acontecimento.

Por fim, podemos concluir que as diversas teorias que dialogam com o campo da saúde coletiva buscam explicitar as diversas vertentes de sujeito produtor da ação, mas há muito ainda a ser produzido. Em momentos como os vividos ultimamente na sociedade brasileira, a teoria do ator rede pode ser uma abordagem útil, quando é preciso abrir a caixa preta e desestabilizar as conexões e solidificar novas redes. Teorias da ação social como as apresentadas neste estudo possibilitam uma reflexão para além da saúde, para uma discussão sobre a ação mobilizadora pela luta no Estado democrático e pelos direitos sociais adquiridos na sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito à saúde. Repensar o papel do ator como sujeito social promotor da mudança é fundamental no cenário brasileiro.

COLABORADORES

1. Concepção do projeto, análise e interpretação dos dados: Sydia Rosana de Araujo Oliveira.
2. Redação do artigo e revisão crítica relevante do conteúdo intelectual: Sydia Rosana de Araujo Oliveira.
3. Revisão e/ou aprovação final da versão a ser publicada: Sydia Rosana de Araujo Oliveira.
4. Ser responsável por todos os aspectos do trabalho na garantia da exatidão e integridade de qualquer parte da obra: Sydia Rosana de Araujo Oliveira.

REFERÊNCIAS

1. Weber M. *Ensaio de Sociologia*. 5a ed. Rio de Janeiro (RJ): LTC; 1982.
2. Dubar C. *Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo*. Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia; 2004 fev; Paris. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique; 2004.
3. Hobbes T. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Monteiro JP, Silva MBN, tradutores. 2a ed. São Paulo (SP): Abril Cultural; 1979. (Os Pensadores).
4. Goffman E. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris: Les Éditions de Minuit; 1973.

5. Sénécal G. L'acteur social: l'expérience du quartier Villeray à Montréal. In: Aubry F, Potvin L, editores. Construire l'espace socio-sanitaire: expériences et pratiques de recherche dans la production locale de la santé. Montreal: Presses de l'Université de Montréal; 2012. p. 14162.
6. Potvin L, Clavier C. La théorie de l'acteur-réseau. In: Aubry F, Potvin L, editores. Construire l'espace socio-sanitaire: expériences et pratiques de recherche dans la production locale de la santé. Montreal: Presses de l'Université de Montréal; 2012. p. 7598.
7. Minayo MCDS. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. *Ciênc Saude Colet.* 2001;6(1):719.
8. Boudon R. Tratado de sociologia. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar; 1995.
9. Durkheim E. Da divisão do trabalho social. 4a ed. São Paulo (SP): Martins Fontes; 2010.
10. Abbott A. The System of Professions: an essay on the division of expert labor. Chicago: University of Chicago Press; 1988.
11. Bourdieu P. Razões e práticas: sobre a teoria da ação. 9a ed. Campinas (SP): Papirus; 2008.
12. Campos GWS. Sobre a peleja dos sujeitos da reforma, ou da reforma dos sujeitos em peleja. *Saúde Soc.* 1992;1(2):7995.
13. Campos GWDS. Subjetividade e Administração de Pessoal: Considerações sobre a gestão do trabalho em equipes de saúde. In: Merhy EE, Onocko R, organizadores. Agir em saúde: um desafio para o público. São Paulo: Hucitec; 1997.
14. Granda E, Artunduaga LA, Castillo H, Herdoiza A, Merino MC, Tamayo C. El sujeto y la acción en la salud pública. *Educ Med Salud.* 1995;29(1):119.
15. Carvalho AI. Da Saúde Pública às Políticas Saudáveis – Saúde e Cidadania na Pós-modernidade. *Ciênc Saúde Colet.* 1996;1(1):10421.
16. Ayres JRCM. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciênc Saúde Colet.* 2001;6(1):6372.
17. Lacaz FAC. O sujeito n(d)a saúde coletiva e pós-modernismo. *Ciênc Saúde Colet.* 2001;6(1):23342.
18. Paim JS. Saúde da Família : espaço de reflexão e de contra-hegemonia. *Interface.* 2001;5(9):1436.
19. Teixeira RR. Agenciamentos tecnosemiológicos e produção de subjetividade: contribuição para o debate sobre a trans-formação do sujeito na saúde. *Ciênc Saúde Colet.* 2001;6(1):4961.

20. Spagnol CA. (Re) pensando a gerência em enfermagem a partir de conceitos utilizados no campo da Saúde Coletiva. *Ciênc Saúde Colet.* 2005;10(1):11927.
21. Campos GWS, Onocko-Campos RT. Co-construção de autonomia: O sujeito em questão. In: Minayo MCDS, Campos GWS, organizadores. *Tratado de Saúde Coletiva.* São Paulo (SP): Hucitec; 2006. p. 66989.
22. Fleury S. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. *Ciênc Saúde Colet.* 2009;14(3):74352.
23. Oliveira GN, Pena RS, Amorim SC, Carvalho SR, Azevedo BMS, Martins ALB, et al. Novos possíveis para a militância no campo da Saúde: a afirmação de desvios nos encontros entre trabalhadores, gestores e usuários do SUS. *Interface.* 2009;13(Supl. 1):5239.
24. Renovato RD. *Práticas Educativas em Saúde: trilhas, discursos e sujeitos [tese].* Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas; 2009.
25. Cavalcanti FOL. *Democracia no SUS e na reforma sanitária é possível? Um debate a partir da experiência da política nacional de educação permanente em saúde [dissertação].* Rio de Janeiro (RJ): Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2010.
26. Correia NF. *Educação popular e gestão participativa na saúde: instituindo espaços [dissertação].* Rio de Janeiro (RJ): Fundação Oswaldo Cruz; 2010.
27. Gomes KO, Cotta RMM, Mitre SM, Batista RS, Cherchiglia ML. O Agente Comunitário de Saúde e a consolidação do Sistema Único de Saúde: Reflexões contemporâneas. *Physis.* 2010;20(4):114364.
28. Targa LV. *Mobilizando coletivos e construindo competências culturais no cuidado à saúde : estudo antropológico da política brasileira de Atenção Primária à Saúde [dissertação].* Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2010.
29. Ferreira Neto JL, Kind L, Pereira AB, Rezende MCC, Fernandes ML. Usos da noção de subjetividade no campo da Saúde Coletiva. *Cad Saúde Pública.* 2011;27(5):83142.
30. Collins R. *Quatro tradições sociológicas.* Petrópolis (RJ): Vozes; 2009.
31. Ritzer G. *Teoría sociológica contemporânea.* Madri: McGraw-Hill; 1993.
32. Siebeneichler FB. Encontros e desencontros no caminhos da interdisciplinaridade. *Tempo Bras.* 1989;98:15380.
33. Habermas J. *Era das Transições.* Rio de Janeiro (RJ): Tempo Brasileiro; 2003.
34. Bourdieu P. *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción.* Barcelona: Anagrama; 1997.

35. Bourdieu P. Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras: Celta Editora; 2002.
36. Crozier M, Friedberg E. L'acteur et le systeme. Paris: Seuil; 1977.
37. Touraine A. Crítica da modernidade. Petrópolis (RJ): Vozes; 1994.
38. Gadea CA, Scherer-Warren I. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. Rev Sociol Polít. 2005;(25):3945.
39. Pez TDP. Pequena análise sobre o sujeito em Foucault: A construção de uma ética possível [dissertação]. Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina; 2008.
40. Cardoso Junior HR, Lemos FCS, organizadores. Foucault Deleuze Guattari: Corpos instituições e subjetividades. São Paulo (SP): Annablume; 2011.
41. Foucault M. A verdade e as formas jurídicas. 2a ed. Rio de Janeiro (RJ): PUC; 2001.
42. Deleuze G. Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo (SP): Editora 34; 2001.
43. Mansano SRV. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. Rev Psicol UNESP. 2009;8(2):1107.
44. Deleuze G. Foucault. São Paulo (SP): Brasiliense; 1988.
45. Latour B. Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory. Oxford: Oxford University Press; 2005.
46. Bilodeau A, Chamberland C, White D. L'innovation sociale, une condition pour accroître la qualité de l'action en partenariat dans le champ de la santé publique. Can J Program Eval. 2002;17(2):5988.
47. Akrich M, Callon M, Latour B. Sociologie de la traduction. Textes fondateurs. Paris: Presses de l'Ecole des Mines; 2006.
48. Callon M. Some elements in the sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. In: Law J, editor. Power, action and Belief: A New Sociology of Knowledge? Londres: Routledge; 1986. p. 196223.
49. Latour B, Woolgar S. Vida de laboratório. Rio de Janeiro (RJ): Relume-Dumará; 1997.
50. Aubry F, Potvin L. Construire l'espace sociosanitaire : Expériences et pratiques de recherche dans la production locale de santé. Montreal: Presses de l'Université de Montréal; 2013.
51. Bilodeau A, Potvin L. Unpacking complexity in public health interventions with the Actor-Network Theory. Health Promot Int. 2018;33(1):17381.

52. Nobre JCA, Pedro RMLR. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. Cad UNIFOA. 2010;14(5):4756.
53. Melo MFAQ. A pipa e os quatro significados da mediação sociotécnica: articulações possíveis entre a Educação e a Psicologia para o estudo de um brinquedo. Rev Bras Pesqui Educ Ciências. 2010;10(2).
54. Latour B. A esperança de Pandora. Bauru (SP): Edusc; 2001.
55. Freire LDL. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. Comum. 2006;11(26):4665.

Recebido: 18.1.2019. Aprovado: 26.2.2021.